



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

As “micro-formiguinhas” da Linha: uma experiência de resistência em Campos/RJ

Pollyanna de Souza Carvalho¹

Gabriela Maria Lema Icasuriaga²

Resumo: Resultados de pesquisa bibliográfica e documental demonstram a trama de experiências de resistência às práticas de remoções urbanas, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. As remoções foram encabeçadas pela municipalidade local sob o intuito de defender os interesses dos grupos imobiliários e financeiros da cidade, o que alterou o cotidiano dos que viviam na Favela da Margem da Linha. Frente a isso, os moradores enfrentaram às artimanhas do poder local, construindo novas oposições, agendas de luta e organização política. De trabalho a trabalho, pela potência e experiência da vida prática, demonstraram que o espaço não é aquém aos conflitos sociais, mas o lugar possível de tensões por direitos e disputas socioespaciais.

Palavras-chave: Favela da Margem da Linha; resistência; remoção; direitos; Campos dos Goytacazes.

The “micro-ants” of Linha: experience of resistance in Campos/RJ

Abstract: The results of bibliographic and documentary research show a scenario of experiences of resistance to urban removal in the municipality of Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. These removal were spearheaded by the local government with the aim of defending the interests of the city's real estate and financial groups, which disrupted the daily lives of those living in the Margem da Linha slum. In other hand, residents confronted the machinations of local power, building new forms of opposition, schedule for struggle, and political organization. Step by step, through the power and experience of practical life, they demonstrated that the space is not immune to social conflicts, but rather a site of tensions over rights and socio-spatial disputes.

Keywords: Margem da Linha slum; resistance; removal; rights; Campos dos Goytacazes.

1. Introdução

Expomos resultados de pesquisa sobre a trama de experiências, conflitos e resistências populares em função de remoções, na Favela da Margem da Linha do Rio, situada no município de Campos dos Goytacazes/RJ. As remoções ocorreram de forma autoritária para a expansão da malha urbana e do mercado imobiliário na região Norte Fluminense/RNF. Nesse sentido, uma vez removidos desde o ano de 2011 a 2014, foram

¹ Assistente Social. Doutoranda em Políticas Sociais (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro/PPGPS-UENF), Mestra em Serviço Social (Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGSS-UFRJ). E-mail: pollyannascarvalho@gmail.com

² Assistente Social. Docente da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). E-mail: gabrielalemai@gmail.com

reassentados nos conjuntos populares do Programa Habitacional de Interesse Social, o (“Morar Feliz”/2009-2016)³ - estrategicamente estruturado para alocar os segmentos pobres, segregados e expropriados da cidade.

Contudo, os moradores se organizaram nessa periferia urbana, indo de uma resistência popular ainda incipiente à formação de um movimento social, somando apoios e parcerias, como o Centro Juvenil São Pedro (CJSP)⁴, o Sistema Jurídico e as Universidades. A experiência de resistência refletiu uma “sociedade em movimento”, termo utilizado por Zibechi (2015) para expressar o processo no qual cidadãos deserdados de seus direitos e expropriados de suas terras, se tornaram os próprios representantes de uma intensa mobilização social contrária às artimanhas e ações da municipalidade local. O autor afirma que tal movimento se faz possível quando os grupos sociais ganham autonomia, iniciativa e liderança, alterando as práticas de poder e de corrupção. E é essa prática que permite o amanhecer das insurgências periféricas, sua estruturação coletiva, bem como o planejamento das agendas de luta e a consciência de classe.

Os moradores passaram por um processo de total desconsideração aos direitos humanos, em uma cidade do interior do estado do Rio de Janeiro que condensa os melhores arrecadamentos em relação à cadeia de petróleo e gás natural. Entretanto, apesar do farto erário público, a cidade ainda convive com os piores indicadores socioeconômicos. Esperava-se que os recursos pudessem ocasionar novos nichos de oportunidades para a população (Cf: Terra, 2013), mas a distribuição da riqueza socialmente produzida não se tornou justa para todas as classes sociais, principalmente os pobres e cooptados pelas lideranças políticas.

Assim, para nos apropriarmos da realidade da Favela da Margem da Linha, recorreremos a: i) pesquisa bibliográfica; ii) pesquisa documental, seguindo os conteúdos disponibilizados pelo Centro Juvenil São Pedro (relatório de representação de

³ O reassentamento ocorreu nos conjuntos habitacionais do Programa de Interesse Social do Morar Feliz (na localidade de Ururáí), o qual, segundo Mendes, Gomes e Siqueira (2014), é implementado sob o pretexto de reassentar famílias que integram territórios de risco, como aquelas sujeitas à situação de enchentes, alagamentos, ou as que se encontram nas franjas de estradas e ferrovias.

⁴ Localizado na própria Favela, é “[...] uma instituição filantrópica mantida pela Congregação Salesiana, que atua desde 2008 na Comunidade [...], desenvolvendo atividades socioeducativas com crianças e adolescentes e seus familiares, cujo objetivo é o fortalecimento de vínculos (...)” (Mendes; Siqueira; Gomes, 2014, p. 14).

moradora/2014, ATA da Audiência Pública/2014) e pelo Núcleo de Pesquisa em Dinâmica Capitalista e Ação Política (Universidade Federal Fluminense de Campos/RJ). Tal Núcleo dispôs de material de pesquisa antecedente envolvendo depoimentos de moradores e profissionais (Centro Juvenil São Pedro), da Favela da Margem da Linha.

Nessa perspectiva, o estudo está estruturado em dois eixos: o primeiro menciona brevemente o contexto das mudanças socioespaciais no município de Campos, evidenciando o processo de remoção na Margem da Linha; e o segundo, centralmente, demonstra como a experiência de resistência popular foi tecida pelos moradores.

2. A Margem da Linha: antecedentes históricos no município de Campos dos Goytacazes/RJ

Campos dos Goytacazes é o maior município do interior do estado do Rio de Janeiro, estando inserido na Região Norte Fluminense/RNF. Atualmente comporta mais de 483 mil habitantes, segundo informação do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). O território foi acompanhado desde o século XVII pela produção de cana de açúcar, pecuária e atividades agrárias, onde os latifúndios demonstravam a pujança econômica dos líderes em detrimento da proteção social dos trabalhadores.

A partir da metade do século XX, as periferias urbanas começaram a ser formadas, especialmente a Favela da Margem da Linha, no ano de 1960, situada ao redor da Usina do Queimado. A partir do ano de 1970, a cidade recebeu grande notoriedade em virtude da descoberta de petróleo na Bacia de Campos, com o advento de megaempreendimentos públicos e privados, que se adensaram nos espaços públicos, privatizando-os e especulando-os, em benefício dos agentes rentistas. Assim, foram diversas manifestações do capital financeiro que se espraíram na RNF: Portos⁵, redes logísticas, comércio, redes hoteleiras, condomínios horizontais, Shopping.

Cumprе mencionar que, com as mudanças socioespaciais na região, as terras da Usina do Queimado passaram a ter importância para o mercado, especialmente o mercado imobiliário especulativo, atrelado a serviços futuros altamente rentáveis e facilmente negociáveis. Desse modo, as terras acabaram sendo paulatinamente

⁵ Ressaltamos que a Região Norte Fluminense/RJ ganha destaque no cenário nacional e internacional também pelas arrecadações financeiras advindas do Complexo Logístico-Industrial do Porto do Açú (CIPA), situado no município de São João da Barra/SJB, e pela implantação da Petrobrás, na localidade de Macaé.

particionadas, emergindo a construção de hipermercados, loteamentos fechados de luxo, condomínios residenciais verticais para a classe abastada e outros empreendimentos. Um deles é a implementação do Boulevard Shopping (2009) (Mendes; Gomes; Siqueira, 2014).

Com isso, começou-se a remoção dos moradores da Favela da Margem da Linha, chamada inicialmente de “Linha do Rio” ou “Maloca” pelos seus moradores – antigos trabalhadores rurais anteriormente expropriados e expulsos da Usina do Queimado. Neste trabalho nos referimos mais detidamente ao processo de remoção perpetrado pelo poder público municipal entre os anos de 2011 a 2014, para cuja justificativa recorreu ao discurso de “risco social”. Enquadrar a população pobre, ocupante de uma área cobiçada pelo mercado imobiliário, parece-nos mais a uma estratégia deliberada para segregar ainda mais a população periférica, uma vez que não foram identificados os supostos perigos aos quais a população estaria exposta: o trem não estava mais em funcionamento, não se detectou escapamento de gás, nem mesmo alagamentos e/ou enchentes.

Asseveram Godoy, Oliveira e Aliprandi (2015, p. 124) que, em setembro de 2012, a prefeitura iniciou a contagem e a marcação das residências da Favela, junto à equipe do Programa Habitacional de Interesse Social, o “Morar Feliz”, vinculada à Secretaria de Família e Assistência Social da Prefeitura de Campos. As residências foram marcadas com pichação, o que lançou o sentimento de insegurança e de pressão aos moradores, já que fez com que se acentuasse a sensação de vulnerabilidade territorial.

Nesse sentido, no mesmo ano, Souza, Santos, Paes (2016) expressam que parte da comunidade se destinou ao conjunto habitacional da Tapera II. A localização desse conjunto se encontra longe do bairro Tapera, não possui acesso à BR-101 que liga o Bairro Ururaí, onde se localizam os serviços básicos como escola, posto de saúde, creche e até mesmo o comércio. Tampouco se assegurou a rota planejada do transporte público, nem espaços de lazer, deixando a comunidade praticamente isolada.

Anos depois, Faria (2015, p. 70) afirma que no dia 24/11/2014: “famílias da Margem da Linha e de outras localidades começaram a ser transferidas para o conjunto habitacional Ururaí (...)”. Ainda no mesmo ano, para Reginensi (2018, p. 2), duas mil cento e noventa e seis pessoas moravam na Favela, e 312 famílias decidiram mudar para o conjunto do Morar Feliz. Tais moradores foram reassentados na localidade de Ururaí,

conhecido como Tapera III. Conforme moradora, houve uma comunicação truncada com o poder público a respeito desse processo.

Faria (2015, p. 74) registrou, pouco tempo depois, que no término do mês de dezembro de 2015, 468 pessoas tinham sido removidas para o conjunto habitacional da localidade de Ururaí. No ano seguinte, no dia 21 de janeiro de 2016, a Justiça determinou a remoção íntegra dos escombros. Entretanto, até os dias de hoje, é possível observar que essa limpeza não foi integralmente concluída, presenciando-se vergalhões, arames, ladrilhos, entre outros objetos, que mantêm a área em risco.

3. As “micro-formiguinhas” da Linha: do território segregado ao território da resistência

Conforme notificado, as remoções tiveram início a partir do ano de 2011, na localidade da Margem da Linha. Todavia, os moradores decidiram se organizar para lutar pelos seus direitos. Nesse sentido, a resistência começou a ser tecida quando surgiram diversos boatos de que eles seriam removidos em virtude da especulação imobiliária e expansão da malha urbana, assim como a implantação dos conjuntos habitacionais do Morar Feliz, que foi realizado nas zonas periféricas, as mais segregadas do acesso aos serviços públicos.

De acordo com Oliveira *et al.* (2012), o Centro Juvenil São Pedro (CJSP) – situado na Margem da Linha - buscou fortalecer os vínculos, incentivar a mobilização e a formação dos moradores, através da análise dos casos de remoção, da ausência de saneamento, de moradias e do aprofundamento do tráfico de drogas nos novos assentamentos. Desse modo, construiu-se o Projeto Socioassistencial: “Mobilização pela Defesa e Garantia de Direitos” (2011-2012), ratificado pelo Conselho Municipal de Assistência Social do município. Reativou-se, também, a Associação de Moradores, pelo direito à moradia e à convivência, assim como pela procura de parcerias e serviços.

Para os autores, houve uma manifestação que se transformou em um abaixo-assinado, dos próprios adolescentes do CJSP, presentes na VIII Conferência Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (Oliveira *et al.*, 2012).

Apesar do risco devido à proximidade com a linha do trem, em nossa Comunidade morrem muito mais pessoas vítimas da violência, da falta de saneamento e moradia adequada do que de atropelamentos, que quando acontecem, são causados pela BR 101 e não pelos trens, que quase já não passam. Por isso, nós, moradores da comunidade da 'Margem da Linha', vimos por meio deste, defender e reafirmar o direito à convivência familiar em comunidade, permanecendo moradores na região onde atualmente residimos [...] (Oliveira *et al.*, 2012, s.p).

Sob a defesa dos direitos sociais, formou-se um movimento social baseado,

inicialmente, em uma demanda “natural”, mas que perdura até os dias atuais. A líder do movimento se inseriu em diversos espaços decisórios, o que a permitiu ter acesso às informações necessárias para reivindicar a proteção social pública para o território, principalmente no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), representando a sociedade civil. Observaremos o que essa liderança diz sobre a resistência, especialmente na negação de perder o vínculo comunitário.

Começamos a fazer o movimento social na comunidade, para poder falar o que acontecia. E eles vieram aqui e falaram que quem não fosse iria ficar sem casa, e as pessoas foram ficando com medo. Veio o pessoal da UFF, IFF (arquitetura) e UENF, e nos deu apoio. Eles pegaram firme conosco. Fizemos audiência pública no IFF e esquentou no dia. Esse pessoal da prefeitura pensa que somos ignorantes e queriam passar por cima da gente de qualquer maneira. Eles acharam que estávamos sozinhos, mas tivemos apoio das faculdades e entramos em contato com a defensoria pública. [...] Foi um absurdo o pouco caso, o autoritarismo, como se fosse um bando de gado e burro para ser tocado para um pasto longe. Não deixemos isso acontecer. O povo vê a comunidade como tivesse bandido, mas aqui tem famílias. “Vai passar por cima da gente porque somos pobres?”. “E os nossos direitos de cidadãos?” (Depoimento de moradora 1⁶, retirado do acervo do NETRAD/UFF, 2019).

Nas palavras da liderança “começamos a fazer movimento social”, isto significa em Zibechi (2015) colocar um setor da sociedade em movimento, não somente suas formas organizativas, identidade e/ou objetivos; mas também se constituir como parte das “sociedades em movimento”. Isto é, passar a fazer parte do sistema de relações sociais que se expressa em um território, possibilitando a autonomia, a cultura, a comunidade e a própria dinâmica do movimento - o ato de “mover-se”, deixar a passividade que o sistema de reprodução imperante exige e acionar os mecanismos de resistência diante das injustiças. É a partir dessa ativação coletiva: “Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar ao qual historicamente estavam inscritos dentro de uma determinada organização social [...]” (Porto-Gonçalves, 2001, p. 81 *apud* Zibechi, 2015, p. 39).

A partir de uma perspectiva mais abrangente podemos enxergar o poder que o movimento social com base territorial possui. “Com efeito, movimentos latino-americanos como os indígenas, os sem-terra, os camponeses e, crescentemente, os urbanos, são movimentos territorializados” (Zibechi, 2015, p. 37- 38). Esses coletivos

⁶ Os depoimentos serão expressos por números, para garantir o sigilo das pessoas envolvidas.

são capazes de criar novas territorialidades em virtude da estrutura de poder oposta e, ainda, aprendem com seu próprio território (Zibechi, 2015).

Essas reflexões permitem analisar os impactos das articulações que a população de Margem da linha, através do CJSP, conseguiu realizar com outros setores da sociedade campista, instituições de ensino, entidades jurídicas e de gestão social, obtendo apoio da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), do Instituto Federal Fluminense (IFF), da Universidade Federal Fluminense (UFF) e de outras Instituições democráticas, como o Sistema Jurídico. A resposta favorável desses atores reforçou a adesão social e a mobilização dos moradores, direcionando-os a uma luta contínua e a exercer um protagonismo na cidade, construindo posições, não só de oposição e resistência aos projetos do capital, mas também de propostas alternativas a tais projetos. Outras institutos e organizações, para além dos expostos acima, adensaram os apoios às demandas dos moradores, como “[...] UNIFLU, ISE-CENSA para a realização de pesquisas, projetos de extensão, estudos, atividades que viabilizem intervenção na realidade socioambiental, um retorno social e visibilidade as nossas questões” (Documento de Moradora/Profissional do Centro Juvenil São Pedro, 2014).

[...] A faculdade estava a favor do pessoal daqui [...]. A gente foi na prefeitura, fizemos paralisação, uma manifestação [...]. Resistimos porque primeiro que a gente não queria ir para o local longe, não tinha nada a ver a direção imposta a gente, que aqui era área de risco, que iriam fazer tal de uma torre que nunca vi. Depois caiu nossa ficha, porque na hora nem pensa só fica chocada. Vieram pessoas antes da remoção falar. O certo seria a remoção para um lugar perto e confortável, porque ficou mais barato lá. Os condomínios, shopping, e a pressão, eles tiveram que engolir a gente, a gente era café pequeno e viramos *micro-formiguinha*, vieram todo mundo tirar a gente daqui [...] (Depoimento de moradora 2, retirado do acervo do NETRAD/UFF, 2019, *grifos nossos*).

Ao mesmo tempo em que as “micro-formiguinhas” se inseriram na luta, elas podiam não ter o conhecimento e as ferramentas para denunciar a violência frequente que experimentavam, antes até das remoções. Todavia, o que marca a construção de novas articulações territoriais e o fortalecimento da resistência é a experiência empírica, prática, da presença no cotidiano. Ainda, quando essa experiência passa a ser potencializada através de apoios e parcerias, a comunidade apreende a realidade e a confronto com as informações que circulam, dando consistência às suas reivindicações, inclusive com apoio de um referencial teórico com respaldo das instituições acadêmicas mais destacadas.

Quando a entrevistada afirma que eles foram “micro-formiguinhas” é porque

a resistência foi tecida aos poucos, trabalho a trabalho, demonstrando a organização coletiva dos moradores, as trocas de saberes e de experiências, para a construção de barreiras às remoções forçadas. Portanto, a resistência não aconteceu repentinamente, mas foi forjada num processo árduo e sistemático de avanços e retrocessos por parte de moradores que, historicamente, conviveram com a marca da negação de oportunidades coletivas.

Em geral, os moradores de territórios segregados improvisam as suas manifestações, por vezes repentinas, e quando possuem a demanda atendida esses movimentos deixam de ter continuidade. Desta forma, eles não estruturam suas lutas em Associações de Moradores, não formam movimentos sociais, não exercem o controle social, nem conseguem acompanhar e fiscalizar as conquistas. Contudo, o caso da Margem da Linha é de que eles conseguiram manter a permanência como movimento social, mesmo diante de obstáculos impostos pelos representantes do capital e da municipalidade local.

As pessoas que agiram contra o ato de remoção da Margem da Linha se sentiram desrespeitadas de seu direito de manter a convivência com outras pessoas e com o lugar em que construíram a vida, sendo que muitos sujeitos nasceram na própria localidade. Grande parte dos moradores tinha diversas motivações para resistir: relação com os equipamentos públicos do Parque Rodoviário e do centro da cidade, frequência de escolas no Parque Pecuária e em Nova Brasília, ida ao posto de saúde e aos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Ainda, havia um número expressivo de famílias monoparentais femininas, tendo sua força de trabalho como diarista, auxiliar de serviços gerais e/ou serviços domésticos. E o deslocamento era realizado via bicicletas e a pé. Então, a questão da mobilidade, em relação ao transporte, foi muito importante nesse processo contra a expropriação urbana (Carvalho, 2019, p. 101).

Dentre o quantitativo de pessoas que resistiram face ao processo de remoção, ganhou destaque numérico e combativo a composição feminina do movimento. Um traço marcante da resistência envolveu a figura feminina, de mulheres-mães. Vencendo todo tipo de preconceito, em sociedades onde historicamente reina o patriarcado, encontramos em Zibechi tal protagonismo em outros países da América Latina. “[...] As mulheres e seus filhos, as mães. Elas não apenas assumiram a dianteira no momento da ocupação, mas também na hora de resistir ao despejo, colocando-se com seus filhos diante dos

policiais” (Zibechi, 2015, p. 43). Esse traço se esbarra na tarefa do cuidado que as mulheres, historicamente, foram incumbidas, seja pelo ato de proteger seus membros, seja na proteção do âmbito doméstico.

[...] Todas as remoções que aconteceram, o único lugar onde houve qualquer tipo de questionamento, discussão, foi lá, muito em função do trabalho de mobilização que foi feito junto à comunidade pelo Centro Juvenil, que inclusive, culminou na refundação da Associação de Moradores [...]. A gente protocola, posteriormente, toda a ATA dessa Audiência no MPF, que faz o conjunto de recomendações para a Prefeitura sobre o direito de quem queria permanecer e de quem iria sair [...] (Depoimento de profissional 2 do Centro Juvenil São Pedro, retirado do acervo do NETRAD/UFF, 2019).

Segundo Faria (2015), a audiência pública (2014) foi realizada na sede do IFF, envolvendo os atores centrais do processo de remoção. Nessa ocasião, houve um discurso de um representante da Prefeitura de que aqueles que não acatassem a decisão da remoção poderiam continuar, mas que teriam o risco de uma ação de despejo feito pelo Ministério Público Federal. Tal narrativa sublinha a falta de alternativas para essa população. Faria também disserta sobre a mobilização dos moradores da Favela da Margem da Linha. Na área adjacente à Avenida Silvio Bastos de Tavares, os moradores fecharam a BR 101. Conforme o Jornal Folha da Manhã, tais sujeitos relataram que a Favela existia há mais de 60 anos e que o apoio do poder local jamais existiu, além de avisarem que a remoção urbana não era bem observada por todos (Faria, 2015). Também Godoy, Oliveira e Aliprandi (2015) expressam que no mesmo ano, na Tapera, aconteceu mais um protesto em oposição à mudança para o conjunto habitacional na localidade de Ururá. “O jornal Folha da Manhã noticiou que por volta de 150 pessoas que vivem na Comunidade da Margem da Linha fizeram mais uma manifestação, no Km 71 da rodovia BR 101, fechando a via na parte da tarde” (p. 129).

Embora tendo em vista que as manifestações têm conseguido conquistar melhorias na de vida dos moradores, depoimentos ressaltam precarizações, especialmente o esgarçamento da união entre os moradores. “As pessoas daqui são desunidas e isso enfraquece o movimento, temos que ter parceria e sem ela não conseguimos nada” (Depoimento de moradora 2, retirado do acervo do NETRAD/UFF, 2019). Nesse sentido, a resistência da comunidade vingou em 2011, no período das remoções, mediante os projetos sociais implementados com a ajuda do CJSP. Após esse período se fez notória a falta de coesão e organização da comunidade, que tendeu para o enfraquecimento das demandas coletivas. Um fenômeno que merece ser

estudado com mais acuidade, porém, neste breve trabalho arriscamos algumas hipóteses a respeito.

Sinalizamos a perpetuação do clientelismo que desencadeia a reatualização do antigo jogo entre candidato e morador. Inclusive, no período eleitoral do ex-prefeito da cidade, oriundo da família “Garotinho”, alguns moradores da Margem da Linha apoiaram a candidatura, auxiliando até em campanhas. Percebemos que uma das estratégias dos moradores se baseia em fazer uso dos fins eleitoreiros como meios de conseguir atendimento às demandas e/ou benefícios, em troca de voto, mesmo em uma comunidade que foi permeada por múltiplas violências praticadas pelo próprio poder público. Apesar disso, a liderança do movimento, se manteve fora desse jogo clientelista, fazendo jus ao seu papel e mantendo outras estratégias coletivas e organizativas na busca por melhores condições para a comunidade.

Os setores da academia que mantiveram seu trabalho de apoio ao movimento e às lideranças da Favela de Margem da Linha, defendendo o princípio de que a voz é a chave na mobilização por direitos, conforme Godoy, Oliveira e Aliprandi (2015, p. 133). Ainda, como afirmam Mendes, Siqueira e Gomes (2014), na Favela da Margem da Linha existe uma organização política que trabalha ativamente na construção de espaços decisórios e na representação em esferas públicas de controle social de políticas.

4. Considerações finais

O confronto entre os anseios e necessidades dos moradores da Favela da Margem da Linha e dos avanços locacionais do mercado imobiliário para as terras habitadas por eles, atingem o nível de maior tensão face os procedimentos de remoção conduzidos pelo poder público, assumindo seu papel de executor direto das demandas expansionistas do capital.

As políticas públicas entram na lógica da financeirização da economia quando subvertem os direitos sociais às necessidades dos investimentos dos grandes capitais, e para tal, não escamoteiam no uso de subterfúgios e estratégias para atingir seus objetivos. Retomam, mais uma vez, a estratégia remocionista com o fim de usurpar terras para especulação imobiliária, mesmo quando isto significa aprofundar a segregação urbana, numa cidade como Campos, na qual os segmentos sociais mais empobrecidos têm sido historicamente ultrajados de todos seus direitos de acesso à

cidade e aos serviços que esta deveria lhes oferecer.

Mais uma vez, nos inúmeros ciclos de acumulação do capital, são os negros, agricultores e moradores pobres de periferias, principalmente mulheres e crianças, os setores que sofrem as consequências mais negativas desse ciclo perverso.

O argumento do “risco”, um subterfúgio para justificar as remoções e liberar terras em benefício de grandes empreendimentos, já não funciona para convencer os moradores das áreas usurpadas, nem sequer para convencer a opinião pública e menos ainda as instituições locais, nas quais profissionais de diversas áreas do conhecimento conseguem desmontar e demonstrar a inconsistência dos argumentos utilizados.

É evidente que a disponibilidade de programas habitacionais precários, de baixo custo de construção e localizados em áreas mais longínquas e carentes de todos os serviços necessários para a vida digna de uma comunidade, é mais uma estratégia segregacionista, carregada de violência e discriminação, do que uma solução para as já precarizadas condições de habitação da população.

O Programa Habitacional “Morar Feliz”, não consegue ser fiel ao nome, longe disso produz o efeito contrário a aquilo que diz querer solucionar. Ao se instrumentalizar em cima do risco, provou ter ocasionado mais dano à vida dos moradores, que foram mais periferizados e injustiçados. Portanto, apesar das conquistas do referido programa, produziu-se mais desigualdade social em uma cidade mercadorizada.

Contudo, os moradores, ou melhor, as “*micro-formiguinhas*”, se posicionaram e buscaram alterar todo esse cotidiano de exploração. Eles perceberam que que era urgente se posicionarem na defesa dos seus valores, costumes e direitos. Se organizaram coletivamente, junto a profissionais e estudantes que puderam alimentar suas ideias e forças. Os moradores conseguiram reverter sua situação, mesmo que parcialmente, através da potência que possuem, pela experiência da vida prática, se movimentando em prol do objetivo de permanecer no seu território. Esse protagonismo fez com que se criassem arenas de lutas e disputas, até mesmo em espaços institucionalizados, como as Audiências Públicas, problematizando a remoção.

Os moradores transformaram seu território em lugar de disputas

socioespaciais e reivindicação de direitos, demonstrando que os territórios à margem da cidade formal estão habitados por populações potentes, capazes de articular apoios e de incorporar conhecimentos para defender aquilo que lhes é sistematicamente arrebatado, o seu direito a habitar a cidade e a usufruir plenamente dos benefícios da urbanização, sus equipamentos e serviços, com os quais eles próprios também têm contribuído.

Referências

CARVALHO, P. de S. **Nas franjas da cidade: a luta por direitos sociais na periferia de Campos dos Goytacazes(RJ)**. Trabalho Final de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes/RJ, 2019. 125 p.

FARIA, T. de J. P. **A dimensão espacial da espera no processo de remoção e erradicação de favelas**. Territórios da espera em Campos dos Goytacazes. Terceiro Milênio, v. 5, n. 2, p. 57-84, jul./dez. 2015.

GODOY, A. L. C. de.; OLIVEIRA, D. B. B. de.; ALIPRANDI, D. C. **Da margem à luta por direitos: a Comunidade da Margem da Linha**. Terceiro Milênio, v. 5, n. 2, p. 113- 134, jul./dez. 2015.

IBGE [Instituto de Geografia e Estatística]. **Brasil/Rio de Janeiro/Campos dos Goytacazes**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/campos-dos-goytacazes/panorama> >. Acesso em: 13 maio 2026.

MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. da M. **Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela margem da linha**. Revista Libertas, v.14, p.1-20, 2014.

OLIVEIRA, D. B. B. de. (et. al.). **À Margem da Linha: exclusão social X defesa e garantia de direitos**. Campos dos Goytacazes, 2012.

PIRES, B. **Segregação sócio-espacial e qualidade ambiental: um estudo de caso sobre a Favela Margem da Linha**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes-RJ, 2005.

REGINENSI, C. **ANTROPOARTE, um projeto de extensão ou como praticar etnografia**. 31 Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília/DF, p. 1-16, dez. 2018.

SOUZA, T. da S. de.; SANTOS, J. C. dos.; PAES, R. da S. **Gestão do território e ocupação de áreas irregulares: análise do caso da Favela Margem da Linha no município de Campos dos Goytacazes/RJ**. Revista Equador (UFPI), v. 5, n. 4, p. 164 186, 2016.

TERRA, D. C. T. **Royalties em Campos dos Goytacazes ampliam as desigualdades socioespaciais.** In: PIQUET, R.; CRUZ, J. L. V. da.; VILANI, R. M. (orgs.). O desafio da abundância: 10 anos do Boletim Petróleo, Royalties e Região. 1. ed. RJ: Garamond, 2013. p. 188-192.

ZIBECHI, R. **Territórios em resistência:** cartografia política das periferias urbanas latino-americana. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. 176 p.